



LUCIANA MÜLLER E AGÊNCIAS
lmuller@jj.com.br

E a reforma? 1

Jundiá ainda não apresentou à Câmara a proposta de reforma administrativa. Segundo fontes consultadas pela reportagem do JJ Regional, restam alguns detalhes para serem acertados antes da apresentação para os vereadores. Apesar de ainda não apresentada, Jundiá está mais adiantada que outras cidades do Aglomerado Urbano de Jundiá, que deixaram a discussão para o mês de março.

E a reforma? 2

Em Várzea Paulista, segundo questionado pela reportagem do JJ, o tema foi deixado para depois do Carnaval, prazo máximo dado pela Justiça para que o assunto seja votado por lá. Itupeva também terá de passar por reforma administrativa, mas também não informou detalhes sobre como será o projeto. Por enquanto, o que mais preocupa a administração itupevense é a dívida herdada, de mais de R\$ 213 milhões.

Prédio anexo 1

Na semana passada, o presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), comentou sobre os problemas do prédio anexo Vereador 'Professor Chico Poço'. Rachaduras e infiltrações foram detectadas no ano passado, porém, não foi dado prosseguimento. O presidente pediu ajuda para a Prefeitura de Jundiá, para a análise da demanda.

Prédio anexo 2

Segundo nota da assessoria de imprensa da Prefeitura de Jundiá, a pasta de Planejamento, Meio Ambiente e Infraestrutura "realizou o levantamento preliminar das condições do prédio. No entanto, a quantificação dos serviços exige um levantamento detalhado, com a instalação de andaimes que permitam a inspeção de toda a superfície das paredes externas. É por este motivo que a contratação de uma empresa se faz necessária."

Irreversível

O ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto defendeu ontem (13) a Operação Lava Jato e disse que a ação é irreversível. "O Brasil, a partir da Ação Penal 470, deu um tranco na cultura da impunidade de pessoas postadas nos andares de cima da sociedade, e a Lava Jato segue nessa direção", disse ele, ao receber o Prêmio FGV de Direitos Humanos, na sede da Fundação Getúlio Vargas.

Ação sobre chapa

O ministro Herman Benjamin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou que sejam ouvidos empresários apontados como donos das gráficas investigadas na ação que apura se houve irregularidades na campanha da chapa Dilma-Temer em 2014. Os proprietários das gráficas são suspeitos de ter usado laranjas. O ministro negou investigação de gráficas subcontratadas, alegando que isso faria o processo ter "ao infinito".

► CÂMARA DE JUNDIÁ

Projeto fixa valor de R\$ 850 para pagamento a cerca de 200 famílias desalojadas de áreas de risco

Auxílio-moradia entra em urgência na pauta da sessão

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

A 2ª sessão ordinária da Câmara de Jundiá, hoje, teria pauta tranquila se não fosse o ingresso do projeto de lei para pagamento do auxílio-moradia para cerca de 200 famílias que residiam em áreas de risco da cidade, em regime de urgência. Desde o final do ano passado essas famílias estão sem o benefício, por conta do vencimento do convênio firmado anteriormente. As comissões devem analisar o projeto ainda hoje, para que o parecer esteja formalizado.

Antes denominado auxílio-aluguel, o valor foi pago até dezembro do ano passado para cerca de 200 famílias que ainda não foram contempladas com moradias populares, após serem retiradas de áreas de risco. O assunto foi reivindicado pelo vereador Márcio Pentecostes de Sousa (PMDB), o Márcio Cabeleireiro, na primeira sessão ordinária. Na ocasião, o vereador afirmou que a situação desses municípios era de dificuldades pela falta do dinheiro.



PROPOSTA Um dos destaques desta noite entra em regime de urgência na pauta e deve beneficiar cerca de 200 famílias

De acordo com o presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), a nomenclatura do benefício foi modificada. "Mudou de auxílio-aluguel para auxílio-moradia para adequar à política municipal de habitação. O valor será de R\$ 850, mensal, destinado exclusivamente para a locação de moradia.

O projeto já passou pelo jurídico da Câmara e passará pelas comissões de Justiça e Redação, Finanças, Infraestrutura e Mobilidade Urbana além da comissão de Políticas Urbanas e Meio Ambiente", comenta.

Ainda segundo Martinelli, todos os esforços serão empenhados para que o

projeto seja votado nessa sessão. "Tudo indica que seja votado amanhã (hoje). Os vereadores terão que aprovar o pedido de urgência e o projeto terá que ter o parecer das comissões. Somente depois entrará em discussão. Um assunto de extrema urgência para as famílias que estão necessitando

do auxílio", analisa.

Segundo o presidente da Comissão de Justiça e Redação (CJR), Marcelo Gastaldo (PTB), o tema já é de conhecimento de parte dos vereadores da casa. "O valor fixo de R\$ 850 já é de conhecimento de alguns vereadores. Acredito que seja votado de forma favorável, já que são 200 famílias dependentes do dinheiro", aponta.

Outros projetos

Além do assunto de urgência, serão votados cinco vetos totais a projetos de lei por denominação de rua. Com a modificação do Plano Diretor, no ano passado, somente serão nomeadas ruas que estejam regulamentadas e já determinadas como uso público. Somente um projeto de nomeação enquadrado na nova lei será votado, da Terra Nova.

Ainda constam na pauta moções de apelo para diversos assuntos, e o referendado de nomeação de Solange Aparecida Marques para o cargo de Superintendente da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas).

► LAVA JATO

Ministros só serão demitidos se virarem réus, diz Temer

Sob críticas por ter concedido foro privilegiado a Moreira Franco, o presidente Michel Temer disse nesta segunda-feira (13) que o governo federal não quer blindar ninguém e anunciou que ministros citados pela Operação Lava Jato só serão demitidos se virarem réus.

Em pronunciamento no Palácio do Planalto, convocado com o objetivo de responder às acusações de blindagem, o peemedebista ressaltou que a menção a um ministro em uma denúncia não pode servir para incriminá-lo ou afastá-lo definitivamente.

A nomeação de Moreira

Franco para a Secretaria-Geral da Presidência da República foi feita na mesma semana em que o Supremo Tribunal Federal homologou 77 delações premiadas da Odebrecht. Ele foi citado 34 vezes na delação premiada de Cláudio Melo Filho, ex-vice-presidente de Relações Institucionais da Odebrecht.

"Eu faço essa declaração para dizer que o governo federal não quer blindar ninguém e não vai blindar. Apenas não pode aceitar que a simples menção inauguradora de um inquérito possa incriminá-lo em definitivo e, em consequência, afastá-

lo. Não há nenhuma tentativa de blindagem. A questão é muito séria", disse.

Segundo ele, caso seja feita uma denúncia contra um ministro, ele será afastado provisoriamente. E, de acordo com o presidente, caso o Supremo acolha o pedido e ele se transforme em réu, será "afastado definitivamente".

O peemedebista ressaltou, contudo, que a regra só será aplicada em relação à Operação Lava Jato, não sobre outras investigações criminais. No ano passado, tanto Romero Jucá como Henrique Eduardo Alves foram afastados sem o acolhi-



INVESTIGAÇÃO Para Temer, só a citação não garante o afastamento de ministros

mento de inquérito.

"Se houver denúncia, o que significa um conjunto de provas que eventualmente possam conduzir ao seu acolhimento, o ministro que estiver denunciado será afastado provisoriamente. Logo depois, se aco-

lhida a denúncia, aí sim a pessoa se transforma em réu na Operação Lava Jato e o afastamento é definitivo", disse. "Se alguém se converter em réu, será afastado independentemente do julgamento final", acrescentou. (FP)

► PARA A SABATINA

Portal do Senado já recebeu mais de 400 questionamentos

O site do Senado já recebeu mais de 400 questionamentos sobre a sabatina a que o ministro licenciado da Justiça, Alexandre de Moraes, indicado para uma vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), será submetido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. A sabatina deve ocorrer até a próxima semana. As informações são da Agência Brasil.

Durante a sabatina, os senadores questionam o indicado sobre diversos assuntos considerados relevantes para o país e tiram dúvidas sobre seu currículo. Desde o dia 8, quando foi realizada no plenário a leitura da mensagem presidencial com a indicação de Moraes, o

portal e-cidadania do Senado já registrou 416 comentários e perguntas de cidadãos sobre a sabatina de Moraes. Todas as manifestações serão encaminhadas para os senadores e podem ser acessadas no portal.

Algumas das manifestações questionam Alexandre de Moraes sobre assuntos relacionados ao mundo jurídico, sua opinião sobre a descriminalização das drogas e o Estatuto do Desarmamento. Os internautas também querem saber da participação de Moraes no governo Temer e do teor de sua tese de doutorado, em que critica a indicação de filiados políticos ao cargo de ministro do STF.

Segundo o chefe do Progra-

ma e-Cidadania do Senado, Alisson Bruno Dias de Queiroz, o número de participações na sabatina de Moraes deve superar o que foi registrado na época de Fachin, quando recebeu mais de 600 manifestações. "Se, em cinco dias já recebemos mais de 400 comentários e considerando que a página ficará disponível até o dia da votação, acredito que os números da participação popular neste caso podem ser recorde."

Os cidadãos ainda podem enviar perguntas ou informações sobre o indicado por meio do Portal e-Cidadania. Quem não tem acesso à internet pode fazer seu comentário pelo serviço Alô Senado, no número 0800 61 22 11. (Folhapress)

► TENTATIVA DE EXTORSÃO

Presidente diz que não houve censura

O presidente Michel Temer negou nesta segunda-feira (13) que tenha havido censura na decisão da Justiça de Brasília, a pedido do Palácio do Planalto, que impediu a veiculação de reportagem da Folha de S.Paulo sobre uma tentativa de extorsão sofrida pela primeira-dama Marcela Temer no ano passado. No final de pronunciamento, no Palácio do Planalto, o peemedebista foi questionado pela reportagem da Folha se houve censura no episódio. "Não houve isso. Você sabe que não houve", respondeu.

Uma liminar concedida pelo juiz Hilmar Castelo Branco Raposo Filho, da 21ª Vara Cível de Brasília, impede que a Folha de S.Paulo publique informações

sobre uma tentativa de um hacker de chantageá-la, no ano passado. A petição foi assinada pelo advogado Gustavo do Vale Rocha, subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, em nome de Marcela.

O texto foi publicado no site da Folha às 18h45 na sexta (10). A ação foi protocolada às 17h47, segundo registro do tribunal de Brasília.

O diretor jurídico do Grupo Folha, Orlando Molina, considera que a decisão atenta contra a liberdade de imprensa. "Eu vejo como uma tentativa brutal de impedir a liberdade de informação", diz. "Isso configura censura ao veículo de imprensa." A Folha vai recorrer da decisão. (FP)